

SEMINÁRIO NACIONAL DE
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS



O FUTURO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA
NA PERSPECTIVA DO ENSINO, INOVAÇÃO,
CRIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.

15 A 20 DE ABRIL DE 2018
Bahia Othon Palace Hotel, Salvador-BA

Eixo I – Inovação e Criação

REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS E BIBLIOTECAS DIGITAIS DE TESES E DISSERTAÇÕES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: POLÍTICAS E DOCUMENTOS

*INSTITUTIONAL REPOSITORIES AND DIGITAL LIBRARIES OF THESES AND
DISSERTATIONS OF THE BRAZILIAN UNIVERSITIES FEDERAL:
POLICIES AND DOCUMENTS*

NILZETE FERREIRA GOMES

FRANCIELE MARQUES REDIGOLO

Resumo: Os repositórios institucionais são caracterizados como bases digitais de informação científica, que visam gerenciar a disseminação das informações produzidas nas instituições. Neste contexto e da necessidade de criação de políticas, o objetivo da pesquisa consiste no levantamento das políticas de informação e documentos explícitos em repositórios institucionais e das Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações em âmbito nacional, mais especificamente nas Universidades Federais Brasileiras. A pesquisa tem abordagem quantitativa e para a coleta de dados foram pesquisadas 65 Universidades Federais Brasileiras, distribuídas dentre as cinco regiões do país, sendo verificadas se às mesmas possuem Repositórios Institucionais com políticas ou documentos em seus *sites*. Dentre os resultados obtidos: 52 (80%) possuem Repositórios; 8 (12%) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e 5 (8%) não possui nem um tipo. Por Região destaca-se o sudeste (15), a qual concentra o maior número de repositórios, o Sul tem 13, a Região Nordeste possui 11 (21%), a Norte com 7 (13%) e a Região Centro-Oeste possui 6 (12%). Os Repositórios institucionais cadastrados no Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia com políticas e documentos, foram localizados 25 no total, distribuídos entre as regiões brasileiras: Sudeste: 8, Nordeste: 7, Sul: 6, Norte: 2 e Nordeste 2. As Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações que possuem políticas e documentos: Nordeste com 3 e Norte com apenas 1. Dentre os resultados, considera-se que as políticas e documentos ainda não são uma realidade presente em todas as instituições pesquisadas.

Palavras-chave: Repositório Institucional. Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações. Políticas de Informação. Universidades Federais Brasileiras – Bases digitais. Repositórios Digitais.

Abstract: Institutional repositories are characterized as digital databases of scientific information, aimed at managing the dissemination of information produced in institutions. In this context and the need to create policies, the objective of the research is the survey of information policies and explicit documents in institutional repositories and Digital Libraries of Theses and Dissertations in the national scope, more specifically in the Brazilian Federal Universities. The research has a quantitative approach and for the collection of data 65 Brazilian Federal Universities were searched, distributed among the five regions of the country, being verified if they have Institutional Repositories with policies or documents in their sites. Among the results obtained: 52 (80%) have Repositories; 8 (12%) Digital Library of Theses and Dissertations and 5 (8%) do not have one type. The Southeast region (15) (which has the largest number of repositories, the South has 13, the Northeast Region has 11 (21%), the North has 7 (13%) and the Central-West Region (S & P), with 6 (12%). Institutional repositories registered with the Brazilian Institute of Science and Technology with policies and documents were located 25 in total, distributed among Brazilian regions: Southeast: 8, Northeast: 7, South: 6, North: 2 and Northeast 2. The Digital Libraries of Theses and Dissertations that have policies and documents: Northeast with 3 and North with only 1. Among the results, it is considered that the policies and documents are not yet a present reality in all the researched institutions.

Keywords: Institutional Repository. Digital Libraries of Theses and Dissertations. Information Policies. Brazilian Federal Universities - Digital Bases. Digital repositories.

1 INTRODUÇÃO

Com a finalidade de agrupamento da produção científica das instituições de ensino e pesquisa, os repositórios institucionais digitais/institucionais (RI) visam disponibilizar conteúdos documentários na tentativa de driblar as problemáticas referentes ao acesso à informação, contribuindo assim para o acesso livre, sem barreiras à comunidade científica.

Os RIs, segundo a concepção de Costa e Silva (2008), são ambientes que além de reunir a produção científica da instituição, permitem o acesso digital por meio da *internet*. Além disso, Leite (2009, p. 2) nos informa que “o seu adequado planejamento, implementação e adoção promovem o aumento da visibilidade dos resultados da pesquisa, do pesquisador e da própria instituição”.

Diante disso e observando o pensamento de Cohen (2002, p. 28), que exprime a ideia que uma das maiores preocupações da ciência, “deve estar em entender como a informação é transmitida, como pode ser armazenada e como pode ser usada para tomar decisões”. É correto afirmar que uma das preocupações voltadas aos RIs está na construção de políticas de tratamento e acesso aos conteúdos documentários.

No mesmo sentido de transmissão da informação apresentada por Cohen (2002), Prestes (2010, p. 13) salienta que é necessária atenção “voltada à adequação dos repositórios institucionais (RI) a procedimentos essenciais à plena utilização dos mesmos”.

Desta forma, no nascimento dos RIs é essencial adequá-los para que hajam políticas e documentos em sua formação inicial, pois isto possibilitará um gerenciamento eficaz da informação, assim como possibilitará delimitar diretrizes que nortearão os procedimentos de inserção de informações, de uso, direito autoral, povoamento, fluxos de trabalho, tratamento da informação, preservação digital etc.

O objetivo deste artigo está no levantamento das políticas de informação e documentos explícitos em repositórios institucionais e das Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) em âmbito nacional, mais especificamente nas Universidades Federais Brasileiras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Movimento de Acesso Aberto, advindo da crise dos periódicos na década de 90 trouxe com ele a criação de estratégias e alternativas para a comunicação científica, entre elas estão a via Verde que agrega os Repositórios digitais, e a via dourada (de periódicos científicos de acesso aberto) (SANTOS; BRASIL; GOMES, 2017; LEITE, 2009; SAYÃO et al., 2009), o primeiro será estudado neste trabalho com suas políticas e documentos.

Os Repositórios digitais podem ser de 3 tipos: **Temáticos ou Disciplinares, Institucionais** e de **Teses e Dissertações** (são as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações - BDTDs), todos relacionados às instituições de ensino e pesquisa que os agregam. Nesta pesquisa serão abordados apenas os dois últimos tipos de bases digitais ou repositórios.

Alguns autores definem Repositórios Digitais/Institucionais (RIs): Leite (2009) e Costa e Leite (2010) o tratam como serviço de informação científica em instituições de ensino e pesquisa. Lynch (2003) os definem como “um conjunto de serviços que a instituição oferece aos seus membros para o gerenciamento e disseminação de materiais digitais criados na instituição”. Já o Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT) o tratam como Base de Dados *online* “que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática”. Todos estes autores concordam que os RIs têm como finalidades básicas: reunir, armazenar, organizar, preservar e recuperar informações científicas.

Os RIs possuem vários benefícios para as instituições que o abrigam, assim como para seus pesquisadores, entre eles estão: aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa (instituição e pesquisadores), preservação digital a longo prazo, auto arquivamento, acesso livre, redução de custos de gestão da informação científica, mensuração (avaliação de impacto) e direitos autorais (LEITE, 2009). Tourino (2017, p. 94) complementa afirmando que eles também são “vias alternativas de comunicação científica”. Mas para a criação de um

RI, é fundamental que haja uma análise institucional, de modo que possa ser formulado políticas de gestão de acordo com às especificidades, interesses e necessidades individuais destas (TOMÁEL; SILVA, 2007).

Para um repositório institucional “é fundamental que ele nasça com propósitos bem definidos, a partir de um planejamento elaborado e devidamente contextualizado” (LEITE, 2009, p. 21). Nestas circunstâncias, suas políticas e normas devem ser determinadas inicialmente, especificando, por exemplo: objetivos do repositório, tipos de materiais e conteúdos que poderão ser inseridos, quem poderá incluir arquivos, as coleções que serão criadas, equipe responsável pela implantação e manutenção, os direitos e as responsabilidades dos envolvidos, fluxo de trabalho, prazo para depósito e quem poderá fazê-lo, deveres da biblioteca no processo, tipos de acesso, questões de privacidade, preservação, metadados, edição do material, direitos autorais, entre outros aspectos relevantes para a gestão da informação nos RIs (VARGAS, 2009; LEITE et al., 2012).

Algumas políticas essenciais na criação dos RIs e destacadas por Leite (2009) são: política de depósito compulsório; política de desenvolvimento de coleções; política de direitos autorais; política de preservação digital; política de informação; política de gestão de informação em ambiente digital; política de submissão; política de metadados; política de autoarquivamento e política de conteúdo. Tais normativas devem ser redigidas de forma clara, detalhada e explicitadas para os usuários no próprio repositório, pois são estas diretrizes que nortearão a prestação de serviços à comunidade, assim como seu reconhecimento perante ela.

Segundo Sayão et al. (2009, p. 208) “nas instituições de ensino superior onde foram estabelecidos mandatos ou políticas, tornando obrigatório o registro e depósito das teses e dissertações, as suas respectivas bibliotecas evoluíram e vêm crescendo”, onde não existem elas parecem estagnadas e sem evolução.

A aplicação de políticas, associadas a um bom gerenciamento de preservação, divulgação e armazenamento, facilitam a recuperação de documentos existentes em seus bancos de dados, como teses, dissertações e tudo que se produz no meio científico e acadêmico de uma instituição (GOMES; ROSA, 2017).

Com isso observa-se a importância da criação de políticas para o desenvolvimento dessas bases digitais (RIs e BDTDs), considerando que estas não são apenas depósito de documentos, mas sim uma coleção digital da produção científica institucional, na qual há visibilidade, seja nacional ou internacionalmente.

3 METODOLOGIA

O estudo se caracteriza como exploratório e bibliográfico, pois pretende familiarizar-se com o objeto de estudo usando para isto às fontes de informação, tais como: periódicos, *sites*, trabalhos acadêmicos e artigos de eventos. Quanto ao tipo de abordagem ela é tida como quantitativa, visto que os dados pesquisados foram analisados quantitativamente gerando gráficos informativos.

Para a coleta de dados foram selecionados os repositórios digitais/institucionais inicialmente a partir do *site* do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT)¹³⁰, os que não foram encontrados neste, buscou-se a partir das universidades presentes nos *sites* do Ministério da Educação (MEC)¹³¹ e da lista do ISF MEC¹³², de onde também foram encontradas as BDTDs.

As etapas da coleta de dados da pesquisa estão descritas a seguir:

- 1) Os repositórios digitais brasileiros foram identificados a partir do *site* do IBICT;
- 2) Os dados foram organizados em uma tabela no Word com as seguintes informações: nome do repositório, *site* e se possuíam políticas e documentos nos RIs;
- 3) A partir da tabela foi feita a busca diretamente nos *sites* dos repositórios verificando se possuíam políticas e documentos;
- 4) Para os Repositórios não encontrados no *site* do IBICT, foi feita uma busca no *site* do MEC de Universidades Federais brasileiras e também na lista do ISF MEC por regiões, as quais foram consultadas para verificar a existência de Repositórios, algumas foram encontradas apenas BDTDs e outras não existem nem um tipo de base digital;
- 5) Com todos os dados levantados, organizou-se uma tabela no *Word* com duas categorias: Repositórios digitais/institucionais cadastrados no *site* do IBICT e Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC com Repositórios ou BDTD;
- 6) Verificaram-se quais categorias eram comuns aos repositórios presentes no IBICT separando-as pelos seguintes tipos: **Possui políticas e documentos no *site***; **Não existem políticas, nem documentos no *site***; **Site fora do ar** e para os

¹³⁰<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais/repositorios-brasileiros>

¹³¹<http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Item/displayifs.aspx?List=0c839f31-47d7-4485-ab65-ab0cee9cf8fe&ID=513023&ContentTypeId=0x0100AE261DF45E46AD47A7DEBCBDF8776B88>

¹³² <http://isf.mec.gov.br/ingles/images/2015/janeiro/UniversidadesCA2015.pdf>

Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC com Repositórios ou BDTD foram definidas as categorias a seguir: **Possui políticas e documentos no site; Não existem políticas, nem documentos no site; BDTD com políticas e documentos; BDTD sem políticas e documentos e Não possui Repositório, nem BDTD.**

- 7) Os dados foram separados em uma planilha no Excel, organizando as instituições pesquisadas por categorias descritas anteriormente;
- 8) As categorias analisadas dos repositórios e BDTDs das universidades federais foram organizadas a partir das cinco regiões do Brasil;
- 9) Os dados foram tabulados e condensados em gráficos a partir de planilha do Excel, com o total de universidades federais brasileiras pesquisadas e o tipo de base digital presente nelas.

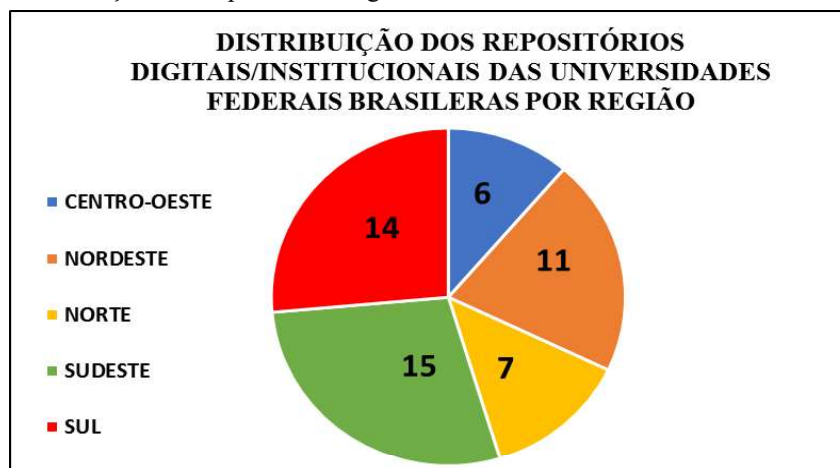
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram pesquisadas **65** (sessenta e cinco) Universidades Federais brasileiras, distribuídas nas regiões Centro-oeste, Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, sendo verificadas se às mesmas possuem Repositórios Institucionais com políticas ou documentos em seus *sites*.

Entre às **POLÍTICAS** encontradas estão: *Política Institucional de Informação, política de metadados, Política de direitos autorais, Política de autoria; e dentre os DOCUMENTOS: Termo de autorização, tutorial/instrução para submissão de documentos, normas/orientações de uso, portaria da criação do Comitê Gestor, guia/manual de normalização, resoluções de criação das BDTDs, Licença Creative Commons, termo de direitos autorais, solicitação de criação de comunidades e coleções.*

É importante destacar que inicialmente a distribuição geográfica dos RIs ocorreu entre as regiões brasileiras, o cotejo está representado no Gráfico 1, onde observa-se que o Sudeste concentra uma maior parte destes, com total de **15** (29%), o Sul tem **14** (27%), a Nordeste possui **11** (21%), a Norte com **7** (13%) e a Centro-Oeste possui **6** (12%).

Gráfico 1 – Distribuição dos Repositórios Digitais/Institucionais das Universidades Federais Brasileiras por região

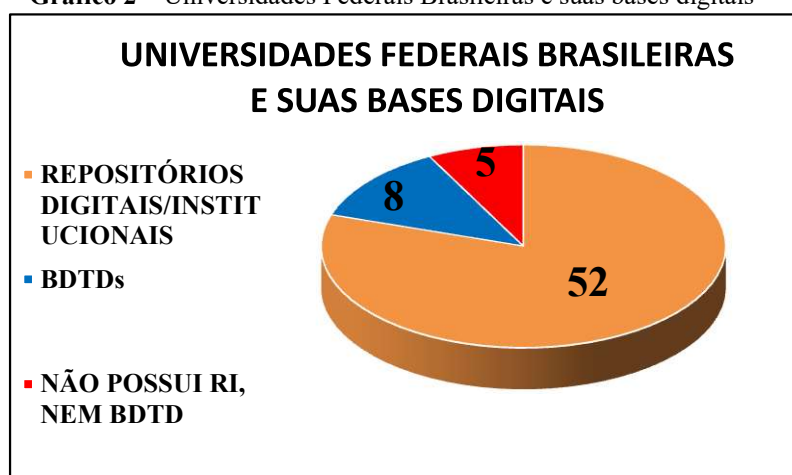


Fonte: Elaborado pelas autoras

Observa-se que estes resultados se assemelham aos mostrados por Murakami e Fausto (2013) sobre o panorama dos RIs das Instituições Federais de Ensino Superior e seu povoamento, onde a Região Sudeste continua no topo da pesquisa desde 2013 até o ano corrente.

Das **65** Universidades Federais investigadas, **52** possuem repositórios digitais/institucionais (80%), **8** possuem BDTDs (12%) e **5** (8%) não possui nem um, nem outro tipo de base digital, como apresentado a seguir no Gráfico 1.

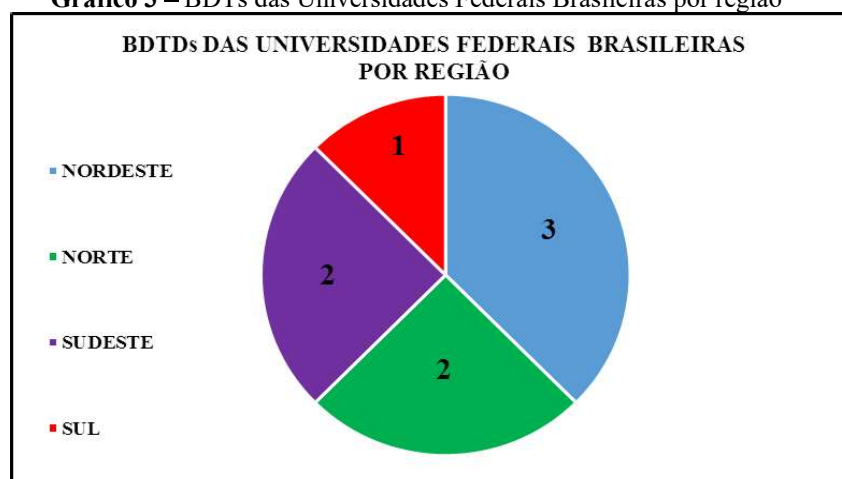
Gráfico 2 – Universidades Federais Brasileiras e suas bases digitais



Fonte: Elaborado pelas autoras

Sobre as BDTDs, foram localizadas um total de **8** nas regiões brasileiras, constatando-se que existe uma maior concentração no Nordeste, com **3** delas (37%), **2** no Norte (25%), **2** no Sudeste (25%) e **1** no Sul (13%), podendo ser observado no gráfico 3.

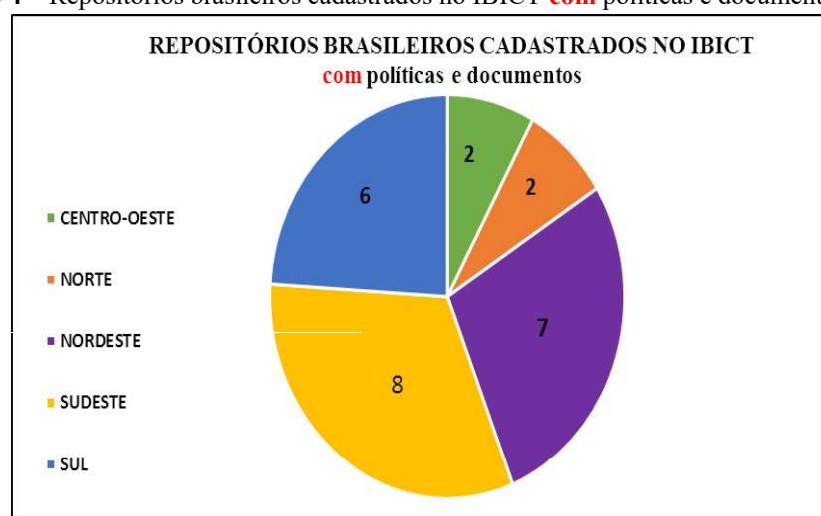
Gráfico 3 – BDTs das Universidades Federais Brasileiras por região



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em relação aos RIs cadastrados no IBICT **com** políticas e documentos, foram localizados 25 no total, distribuídos entre as regiões brasileiras: Sudeste: **8 (32%)**, Nordeste: **7(28%)**, Sul: **6(24%)**, Norte: **2(8%)**, como mostrado no Gráfico 4.

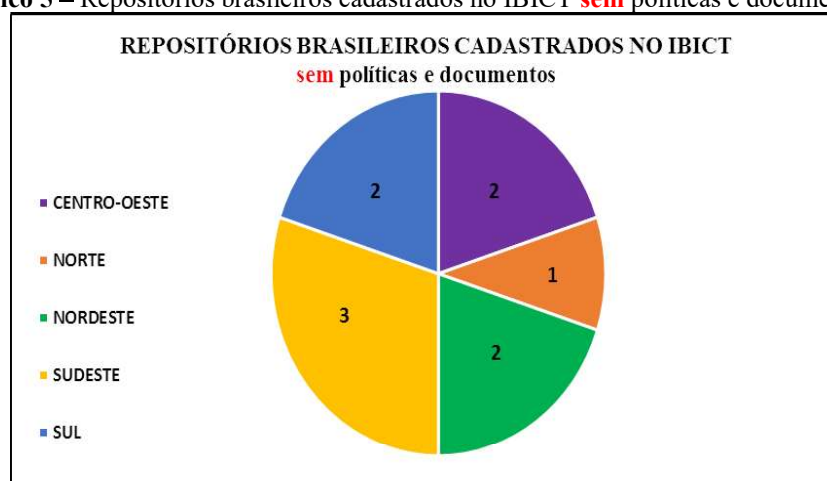
Gráfico 4 – Repositórios brasileiros cadastrados no IBICT **com** políticas e documentos



Fonte: Elaborado pelas autoras

Quanto aos *sites* dos RIs cadastrados no IBICT **sem** políticas e documentos, foram localizados **10** no total, sendo que a região Sudeste continua liderando com **3** instituições (**30%**), as outras estão com os dados distribuídos assim: Centro-Oeste (**20%**), Sul (**20%**) e Nordeste (**20%**), estando **2** em cada região; Norte com apenas **1** universidade (**10%**), como ilustra o Gráfico 5.

Gráfico 5 – Repositórios brasileiros cadastrados no IBICT **sem** políticas e documentos



Fonte: Elaborado pelas autoras

Duas instituições estavam com os *sites* fora do ar (Gráfico 6), o Repositório Institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (RIUFBR) e o Repositório Institucional da Universidade Federal do Acre (UFAC), não sendo possível fazer a análise de suas políticas e documentos.

Gráfico 6 – Repositórios brasileiros cadastrados no IBICT com *sites* fora do ar



Fonte: Elaborado pelas autoras

Na análise dos *sites* dos RIs das Universidades Brasileiras cadastradas no MEC com Repositórios Digitais/Institucionais e **com** políticas e documentos no total de **5**, na qual se pode observar que a Região Norte é a que mais apresenta as diretrizes das bases digitais (**2**) (**40%**), depois vem às regiões Centro Oeste (**20%**), Sul (**20%**) e Sudeste (**20%**), cada uma com apenas **1** instituição que dispõe de normas e documentos, na Região Nordeste não foram localizadas diretrizes. Os resultados estão apresentados no Gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 – Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC com Repositórios Digitais/Institucionais: **com** políticas e documentos



Fonte: Elaborado pelas autoras

Os RIs das Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC com Repositórios Digitais/Institucionais **sem** políticas e documentos no total de **10**, estão distribuídos segundo o Gráfico 8. A Região Sul é a que possui uma maior parte das instituições sem estas normativas (**4**) (**40%**), vindo em seguida às regiões Sudeste, com **3** delas (**30%**) e Centro-Oeste (**10%**), Nordeste (**10%**) e Norte (**10%**) com apenas **1** instituição em cada região.

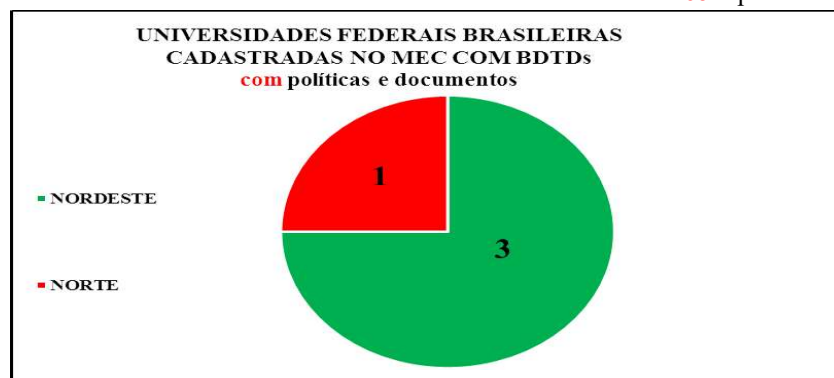
Gráfico 8 – Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC com Repositórios Digitais/Institucionais **sem** políticas e documentos



Fonte: Elaborado pelas autoras

Na análise dos *sites* das BDTDs das Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC, as quais **possuíam** políticas e documentos, foram encontradas apenas **4** distribuídas nas regiões: Nordeste, com **3** delas e Norte com apenas **1** (Gráfico 9).

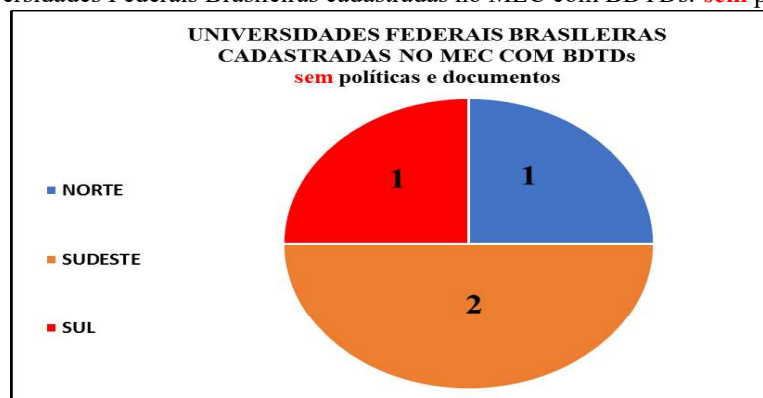
Gráfico 9 – Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC com BDTDs: **com** políticas e documentos



Fonte: Elaborado pelas autoras

Já nos *sites* de BDTDs de Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC, **sem** políticas e documentos, somente em 4 Universidades Federais foram localizados nas regiões: Sudeste (2), Norte (1) e Sul (1) (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Universidades Federais Brasileiras cadastradas no MEC com BDTDs: **sem** políticas e documentos



Fonte: Elaborado pelas autoras

Quando verificadas às Universidades Federais cadastradas no MEC que não possuíam nenhum tipo de base digital (nem repositório, nem BDTD), verificou-se que não existem em apenas três regiões brasileiras: Nordeste (2), Sudeste (2) e Norte (1) (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Universidades Federais não cadastradas no IBICT que não possuem repositórios, nem BDTD



Fonte: Elaborado pelas autoras

Embora muitos RIs ainda não possuam estas políticas e documentos, observou-se que muitos deles já possuem implementadas políticas e existem documentos que direcionam os mesmos na consecução dos objetivos, já que, como afirma Tourino (2017, p. 97) “para que a disponibilização e o funcionamento do RD estejam formalmente documentados, podem ser definidos um ou mais documentos que apresentem as suas diretrizes e linhas norteadoras”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa demonstraram que as bases digitais (repositórios e BDTDs) estão cada vez mais presentes nas instituições de Ensino Superior pelo Brasil, reforçando a força de projetos de Lei, como a PL nº 387, de 2011, que dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, o qual obriga às instituições a construírem Repositórios de acesso livre para publicação técnico-científica (BRASIL, 2011).

Ainda dentre os resultados obtidos, considera-se que às **políticas e documentos explícitos** nas bases digitais estão cada vez mais presentes, pois como mostrou a pesquisa, mais da metade dos RIs das Universidades Federais Brasileiras (**30**) e metade das BDTDs (**4**) possuem políticas e documentos em seus *sites*. No entanto, estas devem está presentes em todas às bases digitais, pois como ressalta Baggio (2016) é importante que haja política de informação e estas estejam disponíveis nas bases digitais, para melhorar às informações prestadas aos usuários em relação a estas, sendo assim, são essenciais.

Esta pesquisa consistiu apenas no levantamento quantitativo das políticas de informação e documentos explícitos em repositórios institucionais e das Bibliotecas Digitais

de Teses e Dissertações em âmbito nacional, mais especificamente nas Universidades Federais Brasileiras, não revelando motivos dessas normativas não estarem disponibilizadas nos *sites* respectivos, destacando ainda que estas políticas e documentos podem prever muitos aspectos, como Tomáel e Silva (2007) expuseram: responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório; conteúdo proposto e implementado; aspectos legais relativos e licenças de softwares; padrões; diretrizes para preservação digital; política e níveis de acesso; sustentabilidade e financiamento.

Por essas razões sugere-se para estudos futuros: averiguação de tais razões ou ainda pesquisa sobre as várias políticas às quais estão regidas as bases digitais e que foram explanadas por Leite (2009).

REFERÊNCIAS

BAGGIO, C. C. **Análise das políticas de informação dos repositórios institucionais das Universidades Federais do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

BOSO, A. K. **Repositórios de instituições federais de ensino superior e suas políticas: análise sob o aspecto das fontes informacionais**. 2011. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/95776>>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei nº 387, de 05 julho 2011**. Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/101006>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

COHEN, M. F. Alguns aspectos do uso da informação na economia da informação. **Revista Ciência da Informação**, v. 31, n. 3 p. 26-36, set./dez., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n3/a03v31n3>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

COSTA, L. P.; SILVA, T. E. Repositórios multimídia: estrutura hipertextual e avaliação hipermediática. In: SILVA, T. E. **Interdisciplinaridade e transversalidade em Ciência da Informação**. Recife: Néctar, 2008. p.145-166.

COSTA, S. M. S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. In: SAYÃO, L. F. et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 163-202.

GOMES; A. R. S.; ROSA, F. G. M. G. Análise das políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 81-94, abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Repositórios digitais**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LEITE, F. C. L. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília: Ibict, 2009.

_____ et al. **Repositórios institucionais: boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília, DF: IBICT, 2012.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, 26, 2003.

MEDEIROS, S. A.; FERREIRA, P. A. Política pública de acesso aberto à produção científica: um estudo sobre a implementação de repositórios institucionais em instituições de ensino superior. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 195-217, jul./dez. 2014.

MURAKAMI, T. R. M.; FAUTO, S. Panorama atual dos Repositórios Institucionais das Instituições de Ensino Superior no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2., p. 185-201, jul./dez. 2013. Ed. esp.

PRESTES, C. Q. **Construção de políticas para repositórios institucionais: análise da ferramenta do OpenDOAR**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2010.

SANTOS, A. C. G.; BRASIL, H. S.; GOMES, N. F. Implantação do repositório institucional na Universidade Federal Rural da Amazônia: relato de experiência. **Bibliocanto**, Natal, RN, v. 3, n. 1, p. 68-89, 2017.

SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. 365 p. il.

TOMÁEL; M. I.; SILVA, T. E. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007. **Anais...** Salvador, BA: 2007.

TOURINO, E. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, F. et al. (Org.). **Repositórios digitais: teoria e prática**. Curitiba: EDUFTPR, 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC/Downloads/repositoriosdigitasteoriapratica.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2017.

VARGAS, G. M. **Repositórios institucionais em universidades: estudo de relatos de casos**. 2009. 81 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2008.